

Desenvolvimento do mercado de produtos florestais não madeireiros (PFNM) no Brasil

Camila Brás Costa¹, Naisy Silva Soares²

De acordo com o Banco Mundial, a vegetação nativa tem contribuído para a subsistência de milhões de pessoas que se encontram na linha de pobreza em todo o mundo (SCHROEDER-WILDBERG & CARIUS, 2003). Dentre elas, cerca de 500 milhões dependem dos produtos florestais não madeireiros (PFNM) como componentes essenciais para seus sustentos (White et al. *apud* López, 2008).

No Brasil, a extração dos principais PFNM em florestas naturais e plantadas foi de 765.574 toneladas em 2007, chegando no ano de 2011 a 895.606 toneladas, como mostra a Figura 01. Dentre estes produtos, os mais conhecidos são erva-mate, açaí, castanha de caju, pinhão, látex, amêndoa de babaçu, piaçava, resina de pinus, folha de eucalipto, dentre outros (PEVS/IBGE, 2012).

Alguns produtos não madeireiros tiveram considerável aumento na quantidade produzida entre 2007 e 2011, correspondendo à aproximadamente 99% para o açaí, 64% para o pinhão e 31% para o pequi (PEVS/IBGE, 2012).

Além de esses produtos serem parte expressiva da base da economia brasileira, eles podem auxiliar também na conservação dos últimos remanescentes florestais. A erva-mate, por exemplo, é cultivada em 160 mil propriedades no sul do país e sua produção geram cerca de 700 mil empregos (equivalente ao da indústria automobilística atualmente). A piaçava também é responsável pelo emprego de grande número de pessoas e é considerada ótima na recuperação de áreas degradadas (LINO, 2012).

Porém o Banco Mundial, um dos maiores financiadores de projetos extrativistas no mundo, relata em um relatório que as atividades extrativistas não deveriam ser o objetivo final dos projetos, mas sim um meio de sobrevivência enquanto se organizam para uma atividade econômica capaz de produzir mais riqueza. Em outras palavras, na maioria dos programas extrativistas financiados pelo banco, os moradores das reservas garantiram o mínimo para sobreviver, mas não conseguiram melhorar de vida (CARDOSO, 2013).

1 Engenheira Florestal, Mestre em Ciências Florestais pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Bolsista do Polo de Excelência em Florestas.

2 Economista, Doutora em Ciência Florestal pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Professora do departamento de Ciências Econômica da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Especialista em Economia Florestal do CIFlorestas.

Percebe-se assim, a necessidade de organizar e impulsionar o setor de PFM, tornando-o uma atividade primária na propriedade. Mas, como fazê-lo?

No Brasil, o CIFlorestas fez uma pesquisa nesse sentido, por meio de uma enquete disponibilizada no seu *website*. Verificou-se que a maioria dos usuários (30,27%) julga como fator mais importante a adequação das taxas de juros de linhas de financiamento para produção, buscando por taxas mais compatíveis. O desenvolvimento tecnológico, a redução do Custo Brasil, a conquista de novos mercados consumidores e o apoio à certificação de produtos também foram itens apontados (Quadro 1).

Quadro 1 - Para impulsionar o mercado de produtos florestais não madeireiros no Brasil, o que é mais importante?

Alternativas	Resposta (%)
Linhas de financiamento para produção com taxa de juros compatíveis	30,27
Desenvolvimento tecnológico	23,04
Redução do Custo Brasil	17,16
Conquista de novos mercados consumidores	16,05
Apoio à certificação de produtos	13,48
Número de pessoas que responderam à questão = 816	

Fonte: CIFlorestas (2013). Nota: Esses dados são do período de 30/01/2012 a 28/01/2013.

O CIFlorestas também questionou especialistas na área sobre a questão.

O Centro questionou Heiko Rossmann, editor da Revista Lateks, analista setorial do *site* www.borrachanatural.agr.br, diretor-executivo da Associação Paulista de Produtores e Beneficiadores de Borracha (APABOR) e assessor externo em sistemas web do Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística Agroindustrial (ESALQ-LOG).

Na opinião de Rossmann, as linhas de financiamento não são fator limitante. Tem-se o Programa ABC, do governo federal, que oferta até R\$ 1 milhão por tomador, o que atende ao pequeno e médio agricultor. Os grandes podem recorrer a outras formas de financiamento, sobretudo recursos do Tesouro Nacional acessíveis pelos Fundos Constitucionalistas (FCO, FNE e FNO) se a propriedade estiver localizada na região Centro-Oeste, Nordeste ou Norte.

No tocante ao desenvolvimento tecnológico, Rossmann concorda que há necessidade de mais investimento em pesquisas, nas mais variadas áreas. "Porém, destaco a necessidade de novos clones, melhor adaptados às diferentes condições edafoclimáticas das diversas regiões de cultivo. Temos no Brasil diversos clones importados, produzidos sobretudo na Malásia. O RRIM 600, por exemplo, ainda é o mais plantado no Estado de São Paulo, mas já deve ter atingido seu potencial máximo de produção. Novos clones com potencial de

produção ainda maior já são plantados na Ásia. Supondo que tenho um clone "X" com potencial máximo de produção de 1.500 kg de borracha seca/ha.ano, importado na década de 1980. Hoje, existem novos clones com potencial de produção de 2.500 kg de BS/ha.ano, por exemplo. Perceba que, mesmo usando as melhores práticas, não conseguimos um nível de produtividade maior simplesmente por causa da limitação genética. Os números são hipotéticos, apenas para ilustrar o raciocínio”.

Sobre a redução do Custo Brasil Heiko Rossmann disse que “isso não atinge somente a heveicultura, ou a cadeia produtiva da borracha natural. Em minha opinião, são dois os problemas principais: 1) custo da mão de obra: não o custo associado diretamente à mão de obra, mas a não adequação ou flexibilização do trabalho na agricultura, que em muitas atividades é marcado pela sazonalidade, com períodos de maior necessidade de mão de obra, como no plantio e na colheita; no caso específico da seringueira, tem-se aumento do custo se o regime for CLT e o trabalhador iniciar sua jornada de madrugada, por exemplo, buscando maior produtividade em função do prêmio por produção; 2) impostos: não a carga tributária propriamente dita, apesar de ser alvo de reclamação constante de empresários das mais diversas atividades, mas sim a forma de recolhimento, que muitas vezes resulta em bitributação, ou pior, dá margem para o surgimento de "desvios" que oferecem vantagem competitiva "desleal" para algumas empresas - sim, falamos aqui de sonegação fiscal”.

Para o apoio à certificação de produtos, para o executivo “apesar de ser um movimento na agricultura, receio que no caso da heveicultura a certificação possa levar algum tempo para se tornar uma realidade. Existe uma proposta de certificação do látex da seringueira, seja *in natura* ou coagulado, desenvolvido por meio de um convênio entre a Universidade de Santiago de Compostela (Espanha), a empresa florestal Cerna (Espanha) e a Lateks (Brasil). O próximo passo é o desenvolvimento de um projeto-piloto aqui no Brasil e, paralelamente, sensibilizar as usinas de beneficiamento sobre as vantagens de se comprar um produto certificado, e mais do que isso, de se valorar tal produto diferenciado. Também vejo possibilidade de a certificação da madeira de seringueira se tornar realidade em no máximo cinco anos. Isso se for implementado um projeto que está sendo construído em conjunto com outra empresa européia”.

No que diz respeito à conquista de novos mercados consumidores, “isto é importante para a indústria brasileira, dado que os principais destinos de diversos produtos acabados são os Estados Unidos e países europeus, cujas economias não passam por um bom momento. Por outro lado, o problema nas maiores economias acaba atingindo inúmeros países... tem-se visto força na economia chinesa, mas também já surge preocupação com uma potencial bolha imobiliária... complexo”.

Na opinião de Rossmann, existe outro fator importante. "Tenho pensado que o setor precisa de um desafio, um objetivo, e se estruturar dentro de um programa federal para alcançá-lo. Por exemplo, produzir um milhão de toneladas de borracha natural em 2030. Sim, é isso mesmo, penso que devemos desenhar um PROBOR IV. Hoje, o setor tem massa crítica para que um novo programa de incentivo tenha o melhor resultado possível. Sem uma meta a perseguir, as ações acabam sendo pontuais, para resolver problemas atuais".

Outra especialista questionada pelo CIFlorestas foi a Dr^a. Débora Cristina Castellani, Gerente Científica na área de Ciência, Tecnologia, Idéia e Conceitos da Natura. Segundo Castellani "é necessário que haja um trabalho em rede entre pesquisadores, instituições e empresas que auxiliem no preenchimento dos gaps de pesquisas, processos, comercialização e legislação".

Como exemplo, Castellani cita projetos no Equador com PFM onde se percebe um avanço maior deste setor. Ainda assim, em todo o Equador apenas quatro produtos tem a patente de comercialização formal (um deles é o palo santo utilizado pela Natura). Enfim, percebe-se um mercado informal muito expressivo.

Neste sentido, a especialista conclui que "o ponto principal para impulsionar o mercado de produtos florestais não madeireiros corresponde à rastreabilidade, que dificultaria o processo informal bem como o de exploração predatória".

Já na opinião do Professor Dr. Márcio Lopes de Souza, professor de Economia Florestal da Universidade Federal de Viçosa, "o mais importante para impulsionar o mercado dos PFM seria o Desenvolvimento Tecnológico, com desenvolvimento de patentes e apoio do governo neste processo".

A Dra. Michelliny de Matos Bentes Gama (pesquisadora da EMBRAPA - Centro de Pesquisa Agrofloresta) também foi questionada sobre o assunto.

Na opinião da pesquisadora, para impulsionar o mercado de produtos florestais não madeireiros no Brasil, é importante a disseminação do manejo de uso múltiplo como vantagem para agregar valor à produção florestal e conservar as florestas naturais; fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais de produtos do extrativismo; programa boas práticas para o oferta de matéria prima com qualidade e destinada a nichos de mercado; capacitação profissionalizante com técnicas de aproveitamento da matéria-prima florestal e resíduo florestal; e artesanato, artefatos diversos.

Além disso, a Dra. Michelliny ressalta: "faz-se necessário a apresentação de estudos e índices técnicos e econômicos que comprovem a viabilidade de abertura

de linhas de financiamento, ou a adaptação de linhas de crédito já existentes. A questão da comprovação de titularidade da terra é o maior entrave para se conseguir crédito”.

No tocante ao desenvolvimento tecnológico, para a pesquisadora “é necessário testes para conhecer os diferentes perfis tecnológicos de espécies produtoras de madeira, fibras, óleos, sementes e derivados que tenham valor de mercado e potencialidades de industrialização”.

Já a redução do Custo Brasil “teria efeito indireto para impulsionar o mercado de produtos florestais não madeireiros no Brasil”.

O apoio à certificação de produtos seria importante, bem como o fortalecimento das competências da base produtiva - organização comunitária, associativismo, cooperativismo.

Sobre a conquista de novos mercados consumidores, a pesquisadora acredita que “é relevante estudos de prospecção de mercado e matérias-primas alternativas”.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, P.; Projetos extrativistas em florestas fracassam, aponta Banco Mundial. Disponível em: <http://www.painelflorestal.com.br/noticias/projetos-extrativistas-em-florestas-fracassam-aponta-banco-mundial#.UStMt8CrEd4.email>. Acessado: 03 de março de 2013.

CENTRO DE INTELIGÊNCIA EM FLORESTAS. ENQUETES. Disponível em: <http://www.ciflorestas.com.br/enquetes.php>. Acesso em: 28/01/2013.

LINO, C. Certificação de Produtos Florestais Não-Madeireiros da Mata Atlântica. 2012. Disponível em: <http://www.sosma.org.br/projeto/projetos-anteriores/certificacao-de-produtos-florestais-nao-madeireiros-da-mata-atlantica>. Acessado: 27 de fevereiro de 2013.

LÓPEZ, C.; SHANLEY, P.; FANTINI, A. C.; CRONKLETON, M. C.; Riches of the forest: fruits, oils, remedies and handicrafts in Latin America. Indonésia - CIFOR, DFID, EC, Overbrook Foundation. 154 p., 2008.

SCHROEDER-WILDBERG, E.; CARIUS, A.; Illegal logging, conflict and the business sector in Indonesia. Inwent, Berlin, Alemanha. 2003.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB); Florestas do Brasil em resumo – 2010: Dados de 2005-2010. Brasília: SFB. 152p, 2010.

PEVS - PRODUÇÃO DA EXTRAÇÃO VEGETAL E SILVICULTURA; IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; Produção Florestal: Quantidade (toneladas) e valor (mil R\$) dos principais produtos florestais não-madeireiros. 2012. Disponível em: <http://www.florestal.gov.br/snif/producao-florestal/producao>. Acessado: 04 de março de 2013.